



MEIO AMBIENTE

PEC que transfere área litorânea afeta ecologia

Especialistas alertam para resultados danosos de proposta que muda destinação dos Terrenos de Marinha, justamente quando se discutem os efeitos da crise climática no Rio Grande do Sul. Mas há quem defenda que privilégio da União tem de ser revisto

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Em um momento no qual o Rio Grande do Sul vive uma tragédia inédita, efeito de mudanças climáticas causadas pela degradação ambiental, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado promoveu, ontem, uma audiência pública para debater uma proposta de emenda à Constituição que flexibiliza a preservação de todo o litoral brasileiro. A PEC 03/23 é considerada por ambientalistas e especialistas uma ameaça às áreas de equilíbrio ecológico, como mangues, estuários e trechos da Mata Atlântica ainda preservados. Os defensores da proposta, porém, enxergam na matéria uma fonte de geração de empregos e atração de investimentos.

A PEC 03/23 propõe a transferência dessas extensões do litoral, que pertencem à União, de duas formas: às entidades particulares — como resorts e condomínios — mediante ressarcimento ao Tesouro Nacional; e aos estados e municípios gratuitamente. Os chamados Terrenos de Marinha incluem, ainda, áreas no contorno de ilhas e às margens de rios e lagoas, em uma faixa de 33m medidos a partir da posição da maré cheia.

Embora o relatório elaborado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não tenha data para votação, o debate sobre o tema chamou a atenção pela ênfase com que cada lado defendeu sua posição. Para a presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Leila Barros (PDT-DF), é preocupante que se proponha afrouxar leis federais sobre o meio ambiente no momento em que o país assiste ao drama dos gaúchos, motivado pela devastação ambiental.

“É uma medida que flexibiliza as leis ambientais e dificulta o combate às mudanças climáticas. Me causa mais perplexidade ao constatar o avanço da

iniciativa dessa natureza em um momento de calamidade ambiental que vivemos no Rio Grande do Sul. Afinal, para 99% dos brasileiros, segundo a pesquisa Quaest, as enchentes estão ligadas às mudanças climáticas. A quem interessa essa aprovação?”, questionou a senadora.

Em resposta, Flávio Bolsonaro argumentou que a transferência seria uma forma de gerar empregos, além de beneficiar os moradores das áreas costeiras. “Interessa aos moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, que estão em terreno da União, e estamos há muito tempo tentando entregar o título de propriedade. E interessa, principalmente, pela geração de empregos. O objetivo de todos nós, aqui, deve ser esse”, rebateu.

Neymar

A PEC 03/23 começou a chamar a atenção depois que veio à tona o envolvimento do jogador de futebol Neymar Jr., da Seleção Brasileira e da equipe saudita Al-Hilal, com uma incorporadora para o lançamento de 28 empreendimentos imobiliários na costa do Nordeste. Seria um investimento de R\$ 7,5 bilhões. A proposta de emenda à Constituição favoreceria o aparecimento de vários negócios semelhantes ao longo do litoral brasileiro. Uma das preocupações dos críticos à matéria é a possibilidade de “privatização” das praias — ou seja, que deixem de estar abertas a qualquer frequentador e, sobretudo, às comunidades vizinhas de resorts e condomínios particulares.

A coordenadora-geral de Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marinez Scherer, afirmou que transferir os Terrenos de Marinha para ocupantes particulares é um “ônus” para a sociedade brasileira e um “bônus” para poucos. “Nós estamos indo contra o que o resto do mundo está fazendo para

Fotos: Waldemir Barreto/Agência Senado



Para moradores de comunidades costeiras, a PEC representa o fechamento de praias por empreendimentos imobiliários



Marinez Scherer, do Ministério do Meio Ambiente (com Flávio Bolsonaro): proposta dá um bônus a poucos

o ecossistema”, criticou.

Em defesa da proposta, o deputado Alceu Moreira (MDB-RO) afirmou que a PEC “em nenhum tópico afeta o que é o direito ambiental brasileiro”. O prefeito

de Florianópolis, Topázio Neto (PSD), também é a favor do texto e afirma que os municípios, ao longo dos anos, são os principais administradores e investidores nessas áreas.

“O fato de serem Terrenos de Marinha não elimina o fato de o município ter de fazer investimentos. Se forem privatizadas, não vai acabar com o compromisso do município”, explicou.

Me causa perplexidade o avanço da iniciativa dessa natureza em um momento de calamidade ambiental que vivemos no Rio Grande do Sul”

Senadora Leila Barros (PDT-DF)

Interessa aos moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. E interessa pela geração de empregos. O objetivo de todos nós aqui deve ser isso”

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSol) lembrou na audiência que a capital paraense “vive há séculos” com a ocupação dos Terrenos de Marinha. Ele salientou que existem vários casos em que o ocupante dessa área tem que pagar a taxa de ocupação para a União e, também, o IPTU para o município.

“Não é por combater a especulação imobiliária que temos de fazer uma injustiça social”, afirmou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Negócios milionários por trás do assassinato de Marielle

O vídeo da delação de Ronnie Lessa, um dos assassinos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, exibido pelo *Fantástico* (Rede Globo) no domingo, revela a existência de negócios milionários dos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão por trás dessas execuções. A vereadora atrapalhava a venda de terrenos e imóveis em loteamentos ilegais na região de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, que poderiam render milhões de dólares. “Era muito dinheiro”, disse o ex-policial militar, ligado ao chamado Escritório do Crime.

Na sua delação premiada à Polícia Federal (PF), Lessa disse que o crime foi encomendado por Domingos, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCRJ), e seu irmão, o deputado

federal Chiquinho, sob promessa de que receberia um loteamento clandestino que poderia render até R\$ 20 milhões, e passaria a ser um chefe de milícia.

“Na verdade, não fui contratado para matar Marielle, como um assassino de aluguel. Eu fui chamado para uma sociedade”, disse. Segundo Lessa, houve três reuniões para discutir a execução de Marielle.

Com o uso de satélite, o miliciano apontou as supostas áreas onde seriam criados os loteamentos. No relatório das investigações, porém, a PF afirma que não foi possível encontrar provas de planejamento para ocupar a área. Segundo ele, levantamentos topográficos eram realizados para avaliar a qualidade dos terrenos, verificando estabilidade, lençol freático e risco de deslizamento. Um

topógrafo contratado pela milícia, conhecido como Belém, indicava onde cavar as estacas de um imóvel, providenciava nivelamentos e calcula muros de contenção.

Nas investigações, a PF conseguiu identificar Anderson Pereira Belém como o topógrafo que realizou os serviços praticados para Lessa. Segundo o matador, a empresa dele é legal. “Ele é um profissional liberal. Então, ele faz rindo... Por quê? Porque ele tá ganhando o dinheiro dele e não quer saber para quem está fazendo. Ele quer fazer”, explicou o ex-policial militar. Belém não foi indiciado pela PF.

Outra informação relevante de Lessa foi a suposta infiltração de Laerte Silva de Lima e da mulher, Erleide Barbosa da Rocha, no PSol. O casal era ligado à milícia de Rio das Pedras, na Zona Oeste

do Rio, controlada pelos irmãos Brazão. Segundo ele, o plano de espionar o partido não mirava apenas a vereadora, mas também outros políticos da legenda.

De acordo com relatório da PF, Lessa foi contatado pela primeira vez no “segundo semestre de 2017” pelo sargento reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro Edmilson Macalé, que apresentou-lhe a proposta e disse que, como recompensa, receberia uma “grande extensão de terra”.

Marielle foi morta a tiros em 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, na região central da capital fluminense. A vereadora, que saía de um evento com mulheres negras, foi assassinada com quatro disparos na cabeça. Anderson Gomes, motorista do carro que a transportava, foi atingido por três projéteis nas costas e morreu.

Poder econômico

Domingos, Chiquinho e Rivaldo Barbosa, ex-chefe de

Polícia Civil do Rio, foram presos em março. Os advogados dos irmãos Brazão afirmam que não há provas para a narrativa apresentada por Lessa.

A formação de milícias é um negócio milionário, porque envolve venda de terrenos, construção e aluguéis de imóveis; exploração de comércio ilegal, como venda de botijões de gás, internet e tevê a cabo piratas; gatos nas redes elétrica e de distribuição de água, serviços de van e moto-boys. Ou seja, toda a economia informal que se forma nessas regiões paga pedágio para as milícias, que ocupam o espaço deixado pelo poder público, quando as políticas públicas são capturadas por grandes interesses privados.

O falecido geógrafo Milton Santos, que estudou esse fenômeno, sempre destacou o uso político dos territórios nas periferias. Com o cotidiano ao relento, a população de baixa renda se vê obrigada a buscar alternativas de sobrevivência numa espécie de beco sem saída social, porque as

políticas públicas acabam mais voltadas para o lucro do que para os objetivos urbanísticos e sociais.

Segundo ele, a vida banal é desprezada pelo poder público e, no espaço urbano onde essa ausência é maior, surgem as soluções improvisadas, as transgressões e a economia informal, que passa a ser controlada pelo crime organizado, que achaca, chantageia e mata, seja o tráfico de drogas, sejam as milícias.

O que deseja um cidadão de periferia é um mínimo de qualidade de vida — ou seja, água, esgoto, energia, meios de comunicação, saúde, educação e cultura, meios de transporte e abastecimento de gêneros adequados. Onde o poder público não garante esses serviços, as milícias têm um terreno fértil. Para agravar a situação, o envolvimento dos milicianos com políticos faz que até os serviços fornecidos pelo Estado passem a ser explorados pelo crime organizado, que avança em direção aos contratos de prestação de serviços.